

Porta Aberta

Motrivência Ano XVI, Nº 22, P. 207-220 Jun./2004

RELAÇÃO HOMEM/NATUREZA E O LAZER COMO UMA POSSIBILIDADE DE SENSIBILIZAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL

Cheng Hsin Nery Chao¹

Resumo Abstract

O presente artigo tem o objetivo de mostrar que o lazer, enquanto ambiente propício para o desenvolvimento de práticas educativas transformadoras, pode ser uma possibilidade de sensibilização para a questão ambiental.
Palavras-chave: lazer, ambiente, sensibilização

The present article has the objective to show that the leisure, while surrounding propitious for the development of practical educative transforming, can be a possibility of sensibilization for the ambient question.
Key-words: leisure, ambient, sensibilization

Diante de um quadro político, social e econômico complexo, no qual o modelo de desenvolvimento tem como retrato a degradação ambiental, como pensar que o lazer pode contribuir para a preservação da natureza? Devemos pensar que o lazer é uma das dimensões da vida humana que permite ao homem uma reflexão profunda sobre si mesmo e sua relação com o meio em que vive.

Ao permitir ao homem sair das rotinas diárias, permite-se também perceber o ambiente a sua volta de uma outra perspectiva, e refletir sobre o seu próprio viver. Assim, percebe-se um potencial de transformação, de desenvolvimento de uma visão crítica, similar ao processo educativo, defendido por Paulo Freire, por Demerval Saviani, por Darcy Ribeiro, dentre outros.

As políticas ambientais e educacionais demonstram a necessidade de uma educação ambiental voltada para uma conscientização integrada, de todos os aspectos da vida humana. Isso implica num dos maiores desafios que a educação tem enfrentado, um trabalho interdisciplinar.

Na verdade, é muito difícil desenvolver um programa educacional que vislumbre todos os aspectos físicos, químicos, simbólicos de uma determinada área ou popula-

ção sem que se tenha o trabalho conjunto de vários profissionais.

Pensar no lazer como uma possibilidade de sensibilização ambiental implica certamente num trabalho conjunto, interdisciplinar, que possibilite uma vivência que incorpore o maior número possível dos aspectos inerentes ao ambiente a ser "explorado".

As ações educativas no âmbito do lazer deverão ser adaptadas às necessidades e particularidades da região – desde a sua capacidade de carga, os equipamentos que poderão ser utilizados, o treinamento de recursos humanos e cursos de atualização de conhecimentos, tudo baseado em um novo conceito de educação, permanente, inovador e que responda às necessidades da realidade local.

Elaborar propostas baseadas numa ação prática, como é o caráter das ações de lazer, deve objetivar a utilização do potencial intrínseco ao local. Se o potencial é turístico, como exemplo de turismo rural ou ecológico, deve-se pensar que as ações além de educativas podem proporcionar um aumento na fonte de renda local, e isso incentiva as pesquisas científicas na área. Dessa forma se educa para a preservação do meio ambiente e da riqueza cultural do local, além de gerar novos empregos para a comunidade que vive na área.

O programa de lazer deve, assim, ser baseado em alguns objetivos norteadores:

- proporcionar o equilíbrio do bem-estar físico, mental e social dos visitantes, diretores e colaboradores do programa em elaboração.
- realizar atividades pedagógicas de apoio à educação ambiental, incentivando a curiosidade científica, o estudo, a pesquisa e a reflexão crítica.
- aumentar o índice de empregabilidade, através de cursos de qualificação e atualização profissional, atendendo prioritariamente os moradores locais.
- treinar, atualizar e capacitar professores para as novas necessidades educacionais e profissionais relacionadas ao lazer e meio ambiente.
- incentivar a leitura, a produção cultural, a formação de platéias, além de resgatar e valorizar as manifestações culturais regionais.
- utilizar a prática desportiva como mais um instrumento de educação e integração social.
- atender os diversos públicos de forma ampla e contínua, integrando e unindo grupos de diferentes faixas etárias e classes sociais.
- desenvolver projetos em parceria com outras instituições e empresas públicas e privadas de forma a potencializar o alcance de suas ações.

Os objetivos acima nos mostram uma necessidade de

integração de conhecimentos e ações de diversas áreas. Só para exemplificar, pensemos em atividades como as trilhas ecológicas que tiveram uma expansão no final do século XX e apontam boas perspectivas no século que se inicia. Uma trilha exige certos cuidados para sua utilização. É preciso antes de implantá-la saber qual a característica básica da área a ser visitada.

Na vegetação, que elementos florestais se destacam, é caducifólia, faz parte da caatinga, se avizinha de região costeira, possui representantes da Mata Atlântica, do tabuleiro? Quanto à fauna, anfíbios, insetos e répteis ainda são encontrados com boa diversidade das diferentes ordens e famílias? Há grandes mamíferos como onças, capivaras, anta? O relevo e o clima da região são promissores para o desenvolvimento turístico? A zona é de boa salubridade? As condições climáticas, as características de relevo, a cobertura vegetal e a localização, são indícios da potencialidade turística da área? Junto a isto, deve-se perceber o interesse da comunidade local, seus valores...

Percebam que são conhecimentos que extrapolam o domínio de apenas um profissional. Se pensarmos nos profissionais de Educação Física mais ainda. Nossos currículos já conotam uma abertura para

novos conteúdos, mas não tão específicos como os citados. Dessa forma, o trabalho conjunto com áreas como a biologia, a sociologia, o turismo, dentre outras, vai ser essencial para o desenvolvimento de um programa de educação ambiental de boa qualidade.

O que cada profissional vai desenvolver num programa de educação ambiental interdisciplinar deve estar bem claro para evitar conflitos desnecessários. Na verdade, sabemos que infelizmente muitos profissionais de Educação Física não têm clareza de sua área de atuação. Essa é uma questão histórica, que não vai se resolver tão facilmente.

No caso do lazer, por exemplo, muitos acreditam ser um domínio da Educação Física, mas sabemos que não é bem assim. No Brasil, certamente o seu desenvolvimento esteve relacionado à Educação Física, mas é um universo mais abrangente, que deve ser melhor entendido. Em alguns parágrafos vou tentar contribuir para esse entendimento, discorrendo um pouco sobre a origem e conceituação do lazer.

A origem do lazer é um ponto de controvérsia que vem sendo discutido academicamente na contemporaneidade e ainda não está suficientemente claro. Certos autores dizem ser tão antigo quanto o trabalho, outros, afirmam que o lazer, propriamente dito, só é ca-

racterizado com a distinção da jornada de trabalho, a partir das sociedades industriais. Assim, há a necessidade de se buscar um marco teórico que norteie futuras afirmações.

Segundo Camargo (1992), a primeira obra científica sobre o lazer foi publicada na virada do século, "A teoria da Classe Ociosa", de T. H. Veblen, que deriva dos estudos da racionalização do tempo, instituída pelo capitalismo do século XVIII, tendo também origem nas lutas trabalhistas por melhores condições de trabalho e por uma jornada mais reduzida.

A partir do conceito de tempo linear, concretizado com a criação do relógio, novas formas de controle e manipulação passam a vigorar, principalmente sobre as classes trabalhadoras. Já que o tempo não se repete, não se pode "perder tempo", sendo necessário aproveitá-lo melhor. O relógio torna-se, portanto, um agente regulador e delimitador. Conforme De Grazia (1966), sua cumplicidade com a fábrica cria a concepção do tempo como mercadoria, que pode ser vendido, investido, conquistado, contado.

Com esta evolução, principalmente nas cidades urbano-industriais, passa o trabalhador a vender o tempo de trabalho e comprar seu tempo "livre"- termo questionado, vista sua ligação com o tempo de

trabalho, daí não haver liberdade. De Grazia e Thompson diferem nesse sentido, uma vez que Thompson não vê o tempo livre dependente do tempo de trabalho (THOMPSON, 1991). Baudrillard argumenta que esse tempo não é livre, já que é regulado na sua cronometria pela abstração total do sistema de produção². Nesse sentido o lazer é o repouso imposto pela racionalização do tempo.

Partindo-se da idéia do tempo como dinheiro, mercadoria, De Grazia toma os pressupostos do ideal clássico de lazer, argumentando ser impossível como fato ou ideal encontrá-lo no mundo industrial. No sentido cultural, o lazer incorporou o sentido da palavra latina *otium*, a qual em português resultou ócio e ociosidade, porém o *otium*, na sua origem, não corresponde ao sentido atribuído ao ócio na linguagem contemporânea, uma vez que este adquiriu um sentido pejorativo.

Através dos vários estudos, desenvolvidos para explicar a questão do "tempo livre", surge a Sociologia do Lazer, no qual Joffre Dumazedier figura como um de seus fundadores. A partir daí, começa-se a entender melhor a problemática da criação do lazer, da sua legalização e institucionalização.

Os conceitos de lazer vão ocupar um universo complexo de significados, por tratar-se de uma expressão cultural de prática social que interfere no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. Em referência à imprecisão conceitual do lazer, Lanfant (1972) afirma que:

A palavra lazer é empregada em diferentes níveis de inteligibilidade. Ora a noção faz referência à etimologia, ora à filosofia com suas diferentes conotações, ora o lazer é apresentado como categoria científica e operatória que permite compreender os fatos sociais que se realizam na esfera do não-trabalho, ainda que este conceito seja dos mais imprecisos. [...] A palavra lazer recobre um conjunto de fatos econômicos, sociais e culturais, ao mesmo tempo subjetivos e objetivos (p. 22).

Etimologicamente, o lazer tem raiz na palavra latina *licere*, ser lícito, ser permitido, dando a idéia de ausência de regras, de obrigações, de repressão.

A importância do lazer também é bastante discutida, onde o senso comum diz que tal tempo livre só servirá para aumentar o número de festividades e, assim, os

problemas de violência e exacerbações produzidas pelo consumo excessivo de bebidas alcoólicas, entre outras formas ditas "patológicas" do lazer (MARCELLINO, 1996, p.52-53).

Porém, em contrapartida, percebe-se que o lazer pode ser considerado em alto grau de obrigatoriedade ou necessidade para a manutenção da vida e como instrumento com fins em si mesmo. Cavalcanti (1984) mostra que:

A idéia do lazer como condição de estar livre da necessidade de trabalho pode ser reinterpretada no contexto da civilização industrial como uma condição de estar livre dos desgastes físicos ou psíquicos impingidos pelo trabalho. Ou seja, o lazer, que pressupõe o trabalho, pressupõe também uma reação do indivíduo para recuperar-se das pressões impostas pelo próprio trabalho. (p. 10).

São poucos os que conseguem se despir dos problemas e das preocupações e entregar-se à riqueza dos momentos de lazer. É muito significativo o devaneio, no qual deixar-se levar a si e às sensações de relaxamento, é um momento raro de inventividade no reencontro de si mesmo.

Três abordagens gerais sobre o lazer e o trabalho devem ser entendidas para poder se estudar mais a fundo tal temática. A primei-

ra abordagem diz que o trabalho é a parte séria da vida, e o lazer, um mero subsidiário ou algo não existente. Na segunda abordagem, vê-se o oposto, o lazer é considerado o grande objetivo da vida e o trabalho é apenas o meio de se chegar a esse fim. A terceira abordagem procura integrar o lazer e o trabalho, sendo os dois reconciliáveis, e cada um deles é capaz de enriquecer o outro (PARKER, 1978).

Não é preciso investigar muito para entender as relações entre trabalho e lazer. O horário de trabalho determina quanto tempo há disponível para o lazer e, muitas vezes, o tipo de trabalho influencia na quantidade e energia que se empregará para o lazer.

Dentre as afirmações consideradas desde a sistematização dos estudos sobre o lazer, pode-se dizer, atualmente, que o mesmo não é secundário, mas sim prioritário. O trabalho, desde que a renda individual dê condições razoáveis de sobrevivência, funcionará não como um fim, mas como um meio. O lazer ocorre de diversas maneiras, das férias aos trabalhos voluntários, do esporte ao estudo de uma obra-prima, da conversa fútil aos entretenimentos musicais, entre outros. O certo é que é realizado no tempo da não obrigação e sem caráter de necessidade, devendo proporcionar satisfação, entretenimento, bem

como o desenvolvimento pessoal e social.

Assim, o lazer pode assumir o significado de uma aspiração do ser humano, que procura uma nova vivacidade, relacionada a um novo dever, uma nova moral, uma nova política, uma nova cultura. Nesse sentido, procura humanizar-se mais, quebrando várias couraças e barreiras do tecnicismo e da moral estabelecida.

Hoje, o lazer constitui-se em uma reivindicação social, necessária ao desenvolvimento do ser humano e visto não apenas como um meio para descansar ou abusar dos prazeres obtidos pelo uso de bebidas alcoólicas e demais drogas, que criam um paraíso artificial. Para Marcellino (1995):

A 'especificidade concreta' do lazer, considerado em sua manifestação na sociedade atual, é colocada como reivindicação social. Portanto, seu significado é bastante diferente do entendimento da Antiguidade Clássica. É uma questão de cidadania, de participação cultural... Entendo ainda a participação cultural como uma das bases para a renovação democrática e humanista da cultura e da sociedade, tendo em vista não só a instauração de uma nova ordem social, mas de uma nova cultura... (p. 17)

Toda essa valorização que o lazer vem conquistando através dos anos, pelos diversos estudos

que investigam sua necessidade e importância, lhe atribue cada vez mais ênfase, tanto na parte legal, no qual se criam novas leis para sua normatização, como na sua influência social. O lazer é visto como uma demanda, fruto da sociedade urbano-industrial e, com sua evolução, gera novos valores e formas de utilização do tempo "livre".

O conceito de lazer que se integra ao presente artigo é aquele em que se enfatiza a "qualidade de vida" e as diversas formas de experiências que são desempenhadas e oferecidas para desfrutá-la. Nesse sentido:

A realidade é que a qualidade de vida não depende de forma direta daquilo que os outros pensam de nós ou do que possuímos. O essencial, ao contrário, é como nos sentimos a respeito de nós mesmos e do que nos acontece: para que a vida seja melhor, precisamos aprimorar a qualidade da vivência. (Csikszentmihalyi, 1992, p. 73)

O lazer oferece condições e cria situações nas quais a pessoa pode obter prazer e satisfação, elementos básicos para a qualidade de vida. Uma viagem, por exemplo, pode agradar por tratar-se de uma novidade que estimula e recupera o senso de prazer, desgastado pelas rotinas da vida cotidiana.

A satisfação ocorre quando a pessoa não apenas cumpriu algumas expectativas anteriores, realizando um desejo, ou suprimindo uma necessidade, mas também quando ultrapassa aquilo que foi programada e vivencia algo inesperado, talvez nem sequer antes imaginado.

Uma explicação mais aprofundada de sentimentos como satisfação, felicidade e auto-realização percorre caminhos teóricos de vários aspectos do ser holístico que é o ser humano, no qual se compreende o inacabado, a procura da evolução como busca do mais humano, inventando sua identidade cultural a partir de intervenções em si mesmo e na natureza. (VILLAÇA e GÓES, 1998).

Desta forma, percebemos o potencial de transformação inerente às experiências de lazer citado anteriormente. Integrar elementos da educação ambiental na dimensão do lazer implica assim, uma capacitação, um direcionamento do profissional nas diversas temáticas relacionadas ao meio ambiente e com suficiente entendimento das possibilidades da educação fora da sala de aula, junto à natureza, vivenciando diferentes experiências que extrapolam o senso comum.

Estudiosos como Célia Serrano mostram a necessidade do entendimento, da reflexão sobre as atividades relacionadas ao ecoturismo (uma das possibilidades do lazer na natureza de forma equilibrada com o meio) e à educação ambiental, devido à valorização crescente que vêm recebendo, seja em termos pedagógicos ou pelo que representam para uma revisão das relações sociedade-natureza (SERRANO, 2000).

Outro argumento de Serrano (2000) para a necessidade da reflexão é justamente a incorporação destas atividades pelo mercado, permitindo também sua interpretação como mais um artifício para a continuidade da reprodução da lógica capitalista (p.7).

As atividades físicas criadas na perspectiva do contato com a natureza, o principal chamativo está na promessa de momentos de aventura³. São muito exploradas pelo ecoturismo e surgem devido às novas tendências culturais características da sociedade pós-industrial. Tais atividades mostram-se como uma nova forma de consumo da natureza, contudo, percebe-se que, além de possibilitar o desenvolvimento de várias sensações e com

isso o auto-desenvolvimento, ainda demonstram a possibilidade de proteção do meio ambiente através do contato direto com a natureza.

Requião (1991) exalta que um dos caminhos para a conscientização das pessoas em relação à questão ambiental é a promoção de atividades ligadas à natureza silvestre com orientação adequada. O contato com o ambiente proporciona o bem estar psicofisiológico, ensina a respeitar seus limites e a encarar a natureza nos seus próprios termos.

No contato com a natureza, de forma orientada, o ser humano reconhece-se, podendo entender a necessidade de preservar outras formas de vida, as quais contribuem para o equilíbrio do meio ambiente. A isso, dá-se o nome de Educação Ambiental, uma das possibilidades de entender a natureza, e preservá-la, uma vez que não se acredita na possibilidade de preservação sem a colaboração humana de forma ordenada e consciente. Através desse contato, compreende-se a necessidade de valorizar o próprio ser humano.

Por outro lado, o cuidado com os apelos das propagandas, com o excessivo número de produtos que são criados, é essencial, pois a questão ambiental acaba vítima dos mecanismos de manipulação por parte do mercado que, mais su-

tis, funcionam não mais por mecanismos jurídicos ou médicos, mas pela sedução dos veículos de medição.

Reporta-se aqui ao significado da experiência de contato com a natureza num contexto no qual há uma crise de representação, em que cada vez se dá maior importância ao reino virtual no que toca à reconstrução do corpo e ao seu controle, crescendo o interesse em definir as fronteiras do humano.

As principais atividades corporais de exploração da natureza, como o trekking, o canyoning, o rapel e as escaladas passam a ser praticados por grupos distintos de pessoas, que se identificam não só pela relação de contato com a natureza, mas por uma vestimenta, que não é simplesmente funcional, mas articuladora de relações entre o corpo do indivíduo e o seu meio, o espaço que ele ocupa servindo como construção de uma nova identidade. É a moda "constituindo uma segunda natureza do corpo". (VILLAÇA e GÓES, p.108).

Percebe-se, então, que as atividades de conscientização ecológica, ao mesmo tempo que defendem a melhoria da qualidade de vida através da preservação do ambiente natural, que defendem a inserção das comunidades locais para que haja um desenvolvimento sustentável da atividade ali praticada

em harmonia com a cultura, a economia, a sociedade, a política locais, funcionam como uma nova “armadilha” de consumo para os ávidos por encontrar uma afirmação, um ato de diferenciação, um ato de significar (VILLAÇA e GÓES, p.40).

Essa diferenciação dos grupos não é necessariamente negativa, porém, podem trazer impregnadas a introjeção de mecanismos de controle muito sutis. É necessário, portanto, que os responsáveis pelas atividades não sejam apenas simples multiplicadores da dinâmica mercadológica, que se infiltra em todos os seguimentos possíveis da sociedade sem, muitas vezes, serem percebidos. Há a criação de uma “moda ecológica” que prima pela flexibilidade, permeada por uma tecnologia que cria aparatos como cordas para escalada, que não rompem com menos de 500 quilos tensionados sobre elas, sapatos especiais para trekking, mochilas impermeáveis, etc. É um novo estilo que se legitima. O estilo aventureiro, radical, que marca uma geração.

A moda, mesmo permeada por ideologias da sociedade de consumo, tem um valor intrínseco que deve ser levado em consideração: há uma simbiose entre corpo e roupas, numa interdependência que faz com que a moda seja considerada “uma elaborada técnica corporal por meio da

qual uma série de declarações pessoais e sociais são passíveis de serem articuladas” (VILLAÇA e GÓES, p.127).

Logo, a “moda ecológica” deve ser pensada de uma forma consciente, entendendo-se que muitos dos produtos do estilo ecológico, para serem manufaturados, utilizam recursos não-renováveis como matéria prima. Deve-se fazer muitas mediações para que uma prática defensora do meio ambiente não sirva como mais um motivo para sua degradação. Por outro lado, o sentido conservacionista, enfatizado em seus pensamentos de conscientização ao explorar uma área primitiva, são meios que, norteados por uma densa fundamentação teórica, podem criar uma consciência da necessidade de preservação da natureza através da vivência na mesma.

As experiências, que proporcionam concentração intensa, fazendo-nos perder a atenção em coisas irrelevantes ou preocupações cotidianas, podem ser vivenciadas com muita propriedade através das atividades de ecoturismo ou simplesmente no ato de se entregar ao devaneio em locais paradisíacos, podendo haver o encontro com a própria essência humana.

Sabendo que tudo o que o ser humano pode fazer tem um potencial para gerar satisfação, os “profissionais do lazer” procuram oferecer atividades nas quais a experiên-

cia corpórea, por exemplo, vai além dos exercícios físicos.

Como citado anteriormente, temos a questão das trilhas, que faz o ser humano se integrar ao ambiente natural e vislumbrar novos prazeres, diferentes da rotina urbana, além da satisfação e dos desafios do corpo. Tais atividades devem, contudo, ser planejadas e articuladas de tal forma que não pressuponham a destruição do ambiente onde elas são desenvolvidas.

Para termos idéia do impacto que a visitação de uma área pode provocar, vamos analisar alguns fatores ecológicos que são inerentes ao ambiente. O trânsito sobre uma área, dependendo do número de visitantes e da quantidade de vezes que é utilizada (por exemplo, uma área de camping), pode provocar a compactação do solo e a destruição da camada superficial de matéria orgânica. Segundo Barros e Dines (2000, p.58), esses impactos causam "alterações nas características básicas do solo relacionadas com a aeração, temperatura, umidade, nutrição e com os organismos que ali vivem".

Os efeitos que esse tipo de impacto podem ocasionar, além da alteração da capacidade do solo em proporcionar suporte à vegetação, se relacionam à devastação da área pela ação de agentes naturais, como a chuva, o vento. A erosão pode ser

conseqüência das enxurradas provocadas pela redução da capacidade de infiltração da água devido à compactação do solo.

Advindos das alterações no ambiente, a fauna local também sofre impacto, como a redução de sua taxa de reprodução, a mudança de hábitos alimentares, o aumento da migração. As alterações na estrutura das populações, na sua distribuição espacial, na densidade e comportamento irão afetar ainda mais o solo, a vegetação e a água (BARROS e DINES, 2000).

Os mananciais, ao receber nutrientes e outros agentes poluidores, têm diminuído a quantidade de oxigênio dissolvido, assim, mais um impacto é ocasionado, a alteração da sobrevivência de plantas e animais aquáticos. Percebe-se com isso, que não dá para ver a questão ambiental apenas por uma dimensão, é preciso pensar de forma sistêmica, pensando em todas as dimensões.

No exemplo acima, citamos impactos advindos apenas do trânsito de pessoas, imaginem o cuidado especial que deve ser tomado com aventuras que envolvem a utilização de equipamentos sofisticados, como jeeps 4x4 no off-road, como as bicicletas especiais para mountain-bike, como os buggys para andar em dunas, pois tais equipamentos provocam destruição, polui-

ção e um desequilíbrio na microfauna e flora que podem ser irreparáveis, devendo ser minuciosamente estudada a capacidade de carga das áreas a serem exploradas por tais atividades.

Existem ainda impactos provenientes do comportamento dos visitantes, como o uso de rádios e aparelhos de som com o volume alto, o vandalismo – marcar árvores, pichá-las, depredar o ambiente; deixar restos de alimentos ou mesmo lixo, são costumes trazidos do meio urbano, que devem ser trabalhados ao preceituar a educação ambiental.

Percebe-se que invariavelmente haverá algum tipo de impacto nas áreas visitadas. A única forma de se evitar impactos seria proibir a visitação, mas isso seria incoerente com a proposta de que para se conscientizar é necessária a vivência, a experiência no ambiente natural. Desta forma, o controle dos impactos em níveis aceitáveis deve ser constante, para evitar a deterioração do ambiente, e assim a perda de seu valor intrínseco.

No Brasil, os métodos de planejamento e manejo para minimizar os impactos já começam a ser utilizados e difundidos. Possivelmente foram inspirados nos programas dos Estados Unidos e Canadá, como o LAC – Limits of Acceptable Change, o VIM – Visitor

Impact Management, o VERP – Visitor Experience and Resource Protection (EUA), e o VAMP – Visitor Activity Management Process do Canadá (BARROS e DINES, 2000).

A essência destes programas que visam minimizar os impactos ambientais é demonstrar aos usuários que eles possuem uma parcela de responsabilidade na manutenção das áreas. É criada, assim, uma ética ambiental que deve ser incorporada pelos visitantes e levada para novas pessoas entenderem a necessidade do respeito ao ambiente em que vivemos.

Possivelmente, a criação desta ética ambiental seja a maior dificuldade dos programas de educação ambiental, pois não se garante que uma ação pontual possa ser disseminada sem uma continuidade, uma realimentação daqueles objetivos no público que vivenciou a proposta. Por isso defendemos que a questão ambiental deve ser parte estruturante de políticas públicas, educacionais, etc.

No âmbito do lazer, já se inicia uma tentativa de harmonização com os ideais ambientalistas, muitos “esportes radicais” partem do princípio que a manutenção da paisagem, da característica primitiva de cada ambiente que é visitado é essencial para que a própria prática tenha continuidade.

Esperamos que o potencial educativo e transformador do lazer, desenvolvido no texto, seja utilizado para a sensibilização das questões ambientais, e que os praticantes tenham uma visão crítica de toda a ideologia mercadológica capitalista que se mascara em diversas práticas, não deixando os “esportes radicais”, as práticas “outdoor”, servirem como mais um meio de desequilíbrio para a relação homem/natureza.

Referências:

- BARROS, M. I. A.; DINES, M. Mínimo impacto em áreas naturais: uma mudança de atitude. In SERRANO, C. A Educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Cronos, 2000. p. 47- 84.
- BRONOWSKI, J. A escalada do homem. Trad de Núbio Negrão. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 448 p.
- CAMARGO, L. O. L. O que é lazer. (3 ed.). São Paulo: Brasiliense, 1992.
- CARSON, R. Silent Spring. Boston: Houghton Mifflin, 1962.
- CAVALCANTI, Katia B. Problemática filosófica do lazer. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho / Departamento de Filosofia, 1984.
- CLARK, W. C. Managing Planet Earth – Introducing a single-topic issue that explores the prospects for sustainable human development on a planet with finite resources and a fragile environment. *Managing Planet Earth: scientific american*, v. 261, n. 3, Set, 1989. (Special Issue)
- CSIKSZENTMIHALYI, M. A psicologia da felicidade. Trad de D. M. Bolonha. São Paulo: Saraiva, 1992.
- DE GRAZIA, S. Tiempo, trabajo y ocio. Madrid: Editorial Tecnos, 1966.
- DUARTE, M. O Problema do Risco Tecnológico Ambiental. In Meio Ambiente No Século 21: 21 Especialistas Falam Da Questão Ambiental Nas Suas Áreas De Conhecimento. André Trigueiro (Coord). Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- ECKERSLEY, R. Environmentalism and Political Theory – Toward an Ecocentric Approach. 3 ed. London: UCL Press, 1995.
- HOBSBAWN, E. A Era do Capital 1848-1875. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- LANFANT, M. F. Les théories du loisir. Paris: PUF, 1972.
- LEOPOLD, A. A Sand County Almanac. Oxford: Oxford University Press, 1948.
- MARCELLINO, N. C. A Ação Profissional no Lazer, sua

- Especificidade e seu Caráter Interdisciplinar. In: MARCELLINO, N. C. (Org). Lazer: Formação e atuação profissional. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- _____. Estudos do Lazer: uma introdução. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- MARSH, G. P. Man and Nature, or Physical Geography as Modified by Human Action. New York: Scribner's, 1964.
- MUIR, J. My First Summer in the Sierra. Boston: Houghton Mifflin, 1911.
- OLIVEIRA, E. M. Educação ambiental: uma possível abordagem. Coleção Meio Ambiente. Brasília: IBAMA, 1966. (Série Estudos: Educação Ambiental, n. 1)
- PAEHLKE, R. C. Environmentalism and the future of progressive politics. New Haven and London: Yale University Press, 1989.
- PARKER, S. A Sociologia do Lazer. Trad de H. T. Gomes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- REQUIÃO, C. Manual do excursionista. São Paulo: Nobel, 1991.
- SERRANO, C. A Educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Cronos, 2000. p. 7-24.
- THOMPSON, E. P. O Tempo, a Disciplina do Trabalho e o Capitalismo Industrial. In TOMAZ, T. S. Educação e Prática Social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- VILLAÇA, N. e GÓES, F. Em Nome do Corpo. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

Contatos:
Rua Praia de Muriu 9188 Bloco B ap. 202.
Ponta Negra. Natal/RN.
E-mail: chao@digizap.com.br

Recebido: fev/2005
Aprovado: mar/2005

Normas de Publicação

1 - A Revista Motrivivência tem por objetivo socializar textos sobre Educação Física, Esporte e Lazer, encaminhados e/ou encomendados em suas diversas seções:

Artigos - os artigos relacionados à temática central da Revista, selecionados pelos consultores editoriais, podem sofrer alterações não substantivas, reservando-se o direito de recusar qualquer artigo julgado não adequado para veiculação. Os artigos devem conter até 12 páginas, em espaço 1,5, fonte Times New Roman, tamanho 10 e serem acompanhadas dos respectivos resumos e palavras-chaves em português e inglês (abstract e key-words) com no máximo cem (100) palavras cada. Remeter os textos com revisão técnica de Português (sintaxe, concordância, semântica) e de acordo com as normas atualizadas da ABNT. Os textos que não atenderem a estes critérios serão devolvidos aos respectivos autores.

Ponto de Vista - este espaço é dedicado a opiniões abertas sobre temas atuais da Educação Física, segundo o ponto de vista de diferentes autores, que podem ser formuladas através de texto e/ou entrevistas.

Experimentando - abre campo para relatos de experiências que apontem para propostas com perspectivas críticas, realizadas na prática pedagógica escolar e não-escolar da Educação Física, Esporte e Lazer, concluídas ou em andamento.

Humores e Rumores - espaço destinado a desenhos, histórias em quadrinhos e charges referentes ao tema da revista.

Grupos de Estudos – divulgação de grupos de estudos institucionais ou não, objetivando o intercâmbio e a difusão de conhecimentos produzidos coletivamente.

Cientifique-se - seção destinada à divulgação ou resenha de novos livros produzidos na área, monografias, dissertações e teses.

Porta Aberta - espaço tanto para pesquisadores experientes quanto para autores iniciantes, destinado à abordagem de temas relativos à Educação Física e demais áreas do conhecimento.

Obs.: Para todas as seções (excetuando-se a de artigos), deverá ser observado o número de até 6 páginas, em espaço 1,5, fonte Times New Roman, tamanho 10. Também são exigidos resumos e palavras-chaves em português e inglês.

2 - Só serão aceitos os textos encaminhados para publicação em disquete 3.5, utilizando editor Word 6.0 ou mais recentes, acompanhados de uma cópia impressa em papel tamanho A4. Os disquetes não serão devolvidos.

3 - O cabeçalho deve conter:

a) título - centralizado e em negrito; b) autor - alinhado à direita e em itálico; c) instituição do autor – em nota de rodapé. Endereço do autor no final do texto.

4 - Caso o autor necessite utilizar notas explicativas, as mesmas devem ser colocadas no final do texto (notas de fim de texto). Solicita-se que as mesmas não ultrapassem o número de vinte.

5 – As referências e/ou bibliografia consultada devem ser colocadas no final do texto, em ordem alfabética, segundo as normas atualizadas da ABNT.

6 - As ilustrações, tabelas e gráficos, devem vir em arquivo separado do que contém o texto, com as respectivas legendas e indicação da localização desejável.

7 - As citações devem ser expressas conforme normatização da ABNT, utilizando o padrão “autor-ano”, acrescido do número da página, quando for o caso.

8 – Títulos e subtítulos devem ser grafados em negrito. As palavras que o autor deseje destacar no texto devem ser grafadas em itálico.

9 - Além do Conselho Editorial, a Motrivivência tem um corpo de pareceristas ad hoc, os quais são convidados de acordo com a temática em questão.

Os originais para publicação devem ser enviados para:
Editoria da Revista Motrivivência - Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física
Centro de Desportos - Universidade Federal de Santa Catarina - Campus Universitário
Bairro Trindade - Florianópolis - Santa Catarina/Brasil.
CEP 88.040 – 900
Para comunicações ou envio de materiais solicitados:
Telefones: (048) 331 94 62 Ramal 18 - Fax: (048) 331 99 27
E-mail: motrivivencia@hotmail.com
www.cds.ufsc.br/motrivivencia/motrivivencia.html

Motrivivência

Endereço: Editora da UFSC – Caixa Postal 476
Campus Universitário – Trindade – Florianópolis/SC
Tel(s): (48) 331.9408/9605/9686 – **fax (48) 331.9680**
www.editora.ufsc.br - e-mail: edufsc@editora.ufsc.br

Você também pode adquirir exemplares avulsos.
Consulte a Editora da UFSC ou a editoria da Motrivivência para
saber quais os números disponíveis.

Homenagem

